

# CAPITALISMO e POLÍTICAS PÚBLICAS

na contemporaneidade

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti  
(Organizadora)



# CAPITALISMO e POLÍTICAS PÚBLICAS

na contemporaneidade

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti  
(Organizadora)



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



# Capitalismo e políticas públicas na contemporaneidade

**Diagramação:** Daphynny Pamplona  
**Correção:** Bruno Oliveira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C244 Capitalismo e políticas públicas na contemporaneidade / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0054-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.547222303>

1. Capitalismo. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 330.122

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

A coletânea Capitalismo e políticas públicas na contemporaneidade apresenta 06 (seis) artigos decorrentes de ensaios teóricos, pesquisas qualitativas, dentre outros.

O primeiro artigo discute a extrema direita nas redes e nas ruas, analisando o desenvolvimento da extrema direita no Brasil a partir das manifestações de junho de 2013 e suas repercussões na atualidade.

O segundo texto analisa o discurso presidencial estadunidense em Clinton, W. Bush e Obama e especificamente como esses governos *trataram a temática ambiental no que tange às mudanças climáticas e quais os esforços implementados com vistas às demandas internacionais*.

O terceiro artigo analisa a Política de Controle de Tabagismo no Brasil de 1986 a 2014, a trajetória, os pressupostos da oferta de tratamento para dependentes de nicotina no Sistema Único de Saúde e o processo engendrado enquanto Programa Nacional de controle de tabagismo de modo a alçar para uma Política de Controle de Tabagismo no Brasil.

O quarto texto discute a política de fomento à industrialização na Bahia discutindo as políticas de fomento à industrialização e se seria possível o desenvolvimento econômico local.

O quinto artigo discute a Privatizações não clássicas no Brasil e suas repercussões para a classe trabalhadora no processo de privatização do Aeroporto de Salvador.

E finalmente o sexto texto explora o impacto da compreensão da relação entre exclusão/inclusão social, capital social e renda na perspectiva da efetivação do direito ao desenvolvimento humano.

Assim, convidamos o leitor a acessar às análises e discussão vinculadas acerca dos impactos nas políticas públicas do atual estágio do capitalismo.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
EXTREMA DIREITA NA REDE E NAS RUAS Geovana Alves Pinto  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5472223031">https://doi.org/10.22533/at.ed.5472223031</a>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>8</b>
MEIO AMBIENTE E O DISCURSO PRESIDENCIAL ESTADUNIDENSE EM CLINTON, W. BUSH E OBAMA William Daldegan  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5472223032">https://doi.org/10.22533/at.ed.5472223032</a>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
A POLÍTICA DE CONTROLE DO TABAGISMO NO BRASIL DE 1986 a 2014 Soraya Araújo Uchoa Cavalcanti  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5472223033">https://doi.org/10.22533/at.ed.5472223033</a>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>47</b>
A POLÍTICA DE FOMENTO À INDUSTRIALIZAÇÃO DA BAHIA Edson Costa Vieira Antônio Raimundo Chagas Magalhães  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5472223034">https://doi.org/10.22533/at.ed.5472223034</a>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>57</b>
PRIVATIZAÇÕES NÃO CLÁSSICAS” NO BRASIL E SUAS REPERCUSSÕES PARA OS (AS) TRABALHADORES (AS): A VOZ DOS (AS) AEROPORTUÁRIOS (AS) NO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DO AEROPORTO DE SALVADOR Ana Claudia Caldas Mendonça Semêdo  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5472223035">https://doi.org/10.22533/at.ed.5472223035</a>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>69</b>
CAPITAL SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO NO BRASIL: DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO SOCIAL Elizabeth Rodrigues de Souza Robson Alves Holanda  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5472223036">https://doi.org/10.22533/at.ed.5472223036</a>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>83</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>84</b>

## A POLÍTICA DE FOMENTO À INDUSTRIALIZAÇÃO DA BAHIA

Data de aceite: 01/02/2022

### Edson Costa Vieira

Economista com Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador – UNIFACS; Professor de Empreendedorismo, Logística e Administração; Analista Técnico do SEBRAE/BA

### Antônio Raimundo Chagas Magalhães

Engenheiro com Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador – UNIFACS; Professor de Finanças da UNIFACS

**RESUMO:** O desenvolvimento da indústria baiana desde tempos coloniais remonta a necessidade de capitais externos, sejam estrangeiros ou nacionais. De início, as políticas de fomento à industrialização restringiam-se aos bancos de fomento do setor agrícola, enquanto que o fomento voltado especificamente à indústria começa com o Banco de Fomento Econômico do Estado da Bahia (Banfeb), que mais tarde se tornaria o Banco do Estado da Bahia (Baneb). Tais instituições, aliadas às ações empreendidas pelo Economista Rômulo Almeida e pelo Governador Antônio Carlos, impuseram os interesses da Bahia, mesmo contrariando os Estados do Sudeste. Desse modo, obstante a acefalia da indústria local que, depende das decisões exteriores ao Estado e a necessidade de remodelação das políticas de fomento, este estudo demonstra que, se as políticas de

fomento à industrialização forem corretamente elaboradas e bem aplicadas, o Estado tem boas chances de imprimir uma virtuosa dinâmica ao desenvolvimento econômico local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fomento, desenvolvimento, indústrias, Bahia.

**ABSTRACT:** The development of Bahian industry since colonial times back the need for foreign capital, whether foreign or domestic. Initially, development policies to industrialization restricted to the development banks of the agricultural sector, while the promotion geared specifically to the industry begins with the Bank for Economic Development of the State of Bahia (Banfeb), which later became the Bank the State of Bahia (Baneb). These institutions, together with the actions undertaken by the Economist Romulo Almeida and the Governor Antônio Carlos, imposed the interests of Bahia, even contradicting the Southeastern States. Thus, despite the acephalia local industry that depends on external decisions to the State and the need for refurbishment of policies encouraging, this study demonstrates that if industrialization to support policies are properly designed and well implemented, the state has good likely to print a virtuous dynamic local economic development.

**KEYWORDS:** *Promotion, development, industries, Bahia.*

### INTRODUÇÃO

Os rumos do desenvolvimento regional passam necessariamente pelas políticas governamentais instituídas e, por conseguinte,

são levadas a termo pelos entes que compõem a matriz econômica do Estado. Nesse sentido, a intensidade e a robustez dos incentivos estatais, com especial atenção às políticas de crédito e fomento à industrialização, são sobremaneira significativas para o sucesso dos empreendimentos empresariais e a dinamização da produção a longo prazo.

Dessa maneira, os estudiosos da economia baiana, destacando-se entre eles, os economistas Fernando Pedrão, Noelio Spínola e Gustavo Pessoti, nos informam que, neste Estado brasileiro, os rumos da economia e da matriz produtiva local, sempre estiveram subordinados aos programas e diretrizes emanadas do poder central. Inicialmente, enquanto o Brasil era colônia de Portugal, a Bahia dependia das políticas impostas pelos interesses portugueses; durante o império e toda a primeira república as decisões eram tomadas no Rio de Janeiro, e assim sucessivamente até os dias atuais.

A transferência da família real portuguesa e de todo o aparato cultural, técnico e político da metrópole lusitana para o Rio de Janeiro, em 1808, constituiu o golpe de misericórdia nas pretensões baianas de assumir uma posição hegemônica na economia nacional... Assim fundaram-se as bases do sistema dominante que não só marcaria em definitivo os desequilíbrios regionais que se acentuaram no século XX, como praticamente definiu-se a matriz da decadência baiana. (SPINOLA, 2009).

Uma maior dinâmica das políticas de fomento à industrialização da Bahia só viria acontecer após o início do governo militar, em 1964. Nesse momento a empresa brasileira de petróleo (Petrobras S/A.), implantando a política de descentralização industrial do país, resolve encabeçar a matriz industrial de produtos petroquímicos na Bahia.

Essa empresa estatal funcionava como vários elos de uma mesma cadeia produtiva, ou seja, além de ofertar matérias primas de suas refinarias, também demandava produtos e serviços de outras empresas. Inclusive, em muitas companhias do Polo de Camaçari, essa mesma estatal do petróleo, participava como acionista.

Um novo *loop* no desenvolvimento da economia baiana só viria acontecer no final dos anos 90 do século passado, quando a reorganização produtiva, que atualmente se verifica, trouxe uma maior diversificação da produção local e a ampliação da matriz industrial, com a implantação na Bahia de empresas de outros seguimentos econômicos, como: a *Ford Motor Company* na área automobilística; as empresas calçadistas em vários municípios do Estado; além da agroindústria do Vale do São Francisco e dos grãos do Oeste baiano.

Em outras palavras, o processo de desenvolvimento industrial baiano dá-se conforme bem pontuou o Professor Fernando Pedrão.

Desde seu início, a industrialização na Bahia tem sido o resultado de uma combinação da inserção de sua produção em circuitos internacionais, com fatores organizativos locais. A economia baiana sempre esteve fortemente ancorada em relações internacionais, desde as articulações externas da produção escravista, às da industrialização do último quarto do século XIX e às da indústria de hoje. Paralelamente, a formação de capital sempre esteve em correlação com o jogo de forças econômicas e políticas que levaram à

estruturação de uma capacidade de produção e de um mercado, definidos à escala da economia brasileira em seu conjunto. (PEDRAO,1996).

Desta forma, este breve estudo da economia baiana, aborda as diferentes políticas de fomento à industrialização executadas no último século, e busca descrever o respectivo cenário no seu contexto político e econômico. Além desta introdução, dentro, tratou-se: dos mecanismos de ação das políticas de fomento; das políticas de fomento à industrialização baiana no período pós 1964; e da dinâmica industrial baiana dos dias atuais.

Concluindo-se com uma breve reflexão sobre os assuntos apresentados e demonstrando que o modelo de fomento à industrialização implementado pelo Estado da Bahia no último século, onde predomina a oferta de linhas de crédito a juros subsidiados acrescidos de renúncia fiscal, encontra-se praticamente esgotado. Tal modelo progressivamente vem perdendo eficiência, haja vista não mais conseguir atrair novos empreendedores de grande porte e tampouco manter aqueles implantados anteriormente.

## **MECANISMOS DE AÇÃO DAS POLÍTICAS DE FOMENTO**

As políticas de fomento à industrialização do Estado, para sua realização necessitam da criação e/ou adaptações de funções de instituições bancárias, fundos de investimentos e outros mecanismos do mercado de capitais. Tudo isso, com vistas ao processo de crédito e financiamento dos novos empreendimentos produtivos, além do crescimento e da sustentabilidade no médio e longo prazos daqueles preexistentes.

Deste modo, contextualizando o cenário baiano, a partir do final do século XIX e por todo o século XX, diversos fundos de créditos e investimentos se notabilizaram como mecanismos de materialização das políticas de desenvolvimento industrial da Bahia. Essas instituições bancárias e os fundos de investimentos tiveram, e têm até os dias atuais, um papel essencial quanto ao balizamento e a dinâmica econômica do Estado, destacando-se nessa tarefa, principalmente as iniciativas de foro governamental.

Nesse sentido Spinola (2009), nos informa que, “as atividades de fomento econômico, mediante a utilização de bancos estatais, sempre estiveram presentes na administração baiana ao longo do Século XX. A primeira delas surgiu em 5 de setembro de 1902 através da Lei nº 474, com a criação do Banco de Crédito da Lavoura da Bahia no governo de Severino Vieira. O Banco da Lavoura, como era conhecido”.

Logo após, surge o Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia (IFCEB), inaugurado em 1937, no governo de Juracy Magalhães, que por seu turno é caracterizado como um razoável conglomerado de instituições participantes e representadas. Entre essas instituições, havia: o governo baiano representando o coletivo; e os institutos do cacau, do fumo e da pecuária, que eram as entidades representantes das classes produtoras da época.

O IFCEB começou com 50% de capital do governo e os outros 50% pertenciam aos

três institutos associados (cacau, fumo e pecuária). Esse fundo aplicou cerca de 90% dos seus recursos na agricultura, cabendo inclusive um pequeno apoio ao setor metalúrgico da época. Tal iniciativa de fomento à industrialização se ressentiu da falta de ousadia de seus dirigentes e da destinação indevida de recursos aos grandes produtores, com isso os projetos financiados perderam impulso e deixaram de crescer. Finalmente em 1959, se torna o Banco de Fomento Econômico do Estado da Bahia (Banfeb).

O Banco de Produção do Estado da Bahia foi Idealizado pelo Economista Ignácio Tosta Filho através do “Plano de Ação Econômica para o Estado da Bahia” e buscava, sobretudo, o fomento e a distribuição de crédito para as atividades rurais, porém verificaram-se também algumas ações no sentido de investir em indústrias em geral.

O processo de funcionamento dessas linhas de fomento à industrialização era, em tese, muito simples: o governo criaria empresas iniciantes deste ou daquele seguimento econômico, e financeiramente daria apoio às demais organizações, especialmente na agricultura; após a consolidação o Estado se retiraria do negócio, entregando-as à iniciativa privada, para o conseqüente exercício do livre mercado.

Entre 1956 e 1959 o governo da Bahia adotou um conjunto de providências para dar sustentação creditícia e financeira ao seu sistema de planejamento. Assim em 1956, criou o Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial da Bahia (Fundagro) e em 1959 transformou o ICFE no Banco de Fomento Econômico do Estado da Bahia (Banfeb), provavelmente aproveitando o trabalho detalhado de Ignácio Tosta Filho com vista ao Banco da Produção. (SPINOLA,2009).

Vale ressaltar que, enquanto o governo atuava nesses fundos de investimentos, ele não necessariamente era o acionista majoritário, e o sistema de *holding* era o meio mais utilizado para suprir o problema da falta de empreendedores na Bahia à época, uma vez que as empresas cotistas, em muitos casos, eram também beneficiárias desses mesmos fundos.

Os líderes de cada empresa começaram a dirigi-las segundo seus interesses particulares e, conseqüentemente, o Fundagro não vingou, verificando-se posteriormente a formação de feudos políticos que, em nada condiziam com a política unificada de fomento à industrialização do Estado. Desta forma, tal iniciativa foi extinta pela reforma administrativa do Estado, em 1966, e seu capital foi totalmente transferido para o Desenbanco.

O Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Desenbanco) foi criado em 1966 e, diferentemente do Fundagro, não era uma organização formada em *holding*, sendo inteiramente constituído por capitais estatais. Esse banco de fomento vigorou positivamente até pouco tempo atrás, transformando-se oficialmente na Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), em 17 de setembro de 2001.

Já o Banco do Estado da Bahia S/A. (Baneb), que era oriundo do antigo Banfeb, apesar de possuir aproximadamente 70% dos seus recursos destinados à agricultura, atuava em todos os mercados da época, sendo chamado de banco múltiplo. Ou seja,

combinava crédito para operações de curto prazo com operações de longo prazo. No processo de privatização, por onde passaram quase todos os bancos estaduais da época, o Baneb foi incorporado ao Banco Bradesco S/A. Conforme nos reporta o Professor Noelio Spínola.

Em 1992, próximo da sua absorção pelo Bradesco, possuía 154 agências no interior do Estado, 14 em Salvador e 4 em outros estados. O Baneb foi vendido ao Bradesco em 1999. A despeito da malversação das suas finalidades pelo uso político de que foi vítima, fez muita falta à economia baiana.(SPINOLA, 2009).

Cabe ressaltar que, nem só de créditos estatais viveu o fomento à industrialização baiana no século XX, veja o caso bem sucedido de duas instituições privadas que também fomentaram significativamente o desenvolvimento industrial da Bahia, sendo elas: o Banco Econômico da Bahia S/A e Banco da Bahia S/A. Esses dois estabelecimentos privados foram, cada um a seu modo, os dois principais instrumentos ativos de financiamento da produção, inicialmente fomentando a produção agrícola e, mais tarde, o financiamento dos demais setores da economia.

Sabe-se que o Banco Econômico foi à instituição bancária privada que mais tempo sobreviveu na Bahia, a mesma foi fundada 13 de julho de 1834, por nome de Caixa Econômica da Bahia e tinha sede em Salvador, seu slogan era: Economia, Perseverança e Socorro nas Dificuldades. No relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), da Câmara de Deputados, destinada a investigar o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional (PROER), lemos o seguinte:

O Banco Econômico... [ ] cresceu, principalmente pela incorporação de instituições de crédito imobiliário, até se tornar o sexto maior banco do País. Em 1995, o Banco Econômico possuía quase 1 milhão de depositantes, 9.500 funcionários e 70 mil pequenos acionistas. O Grupo Econômico era constituído por 59 empresas, dos mais variados setores e segmentos da economia: fazendas, mineralogia, petroquímica, sucos de frutas, refrigerantes, papel e celulose, etc. Tinha participações na Açominas e COPENE.(CPI Proer – Capítulo III-2. 2001).

Na década de 1990, o Banco Econômico era controlado pelo Sr. Ângelo Calmon de Sá, e apesar de ter figurado com sucesso no mercado de crédito e capitais da Bahia por mais de 150 anos, não resistindo à primeira crise do mercado financeiro do pós plano real, Inicialmente sofreu intervenção do Banco Central em 1995 e, posteriormente, a liquidação judicial veio em 1996.

Já sobe a política de fomento à industrialização da lavra dos militares e tendo Clemente Mariani no comando, o Banco da Bahia Investimentos S/A, implementou o projeto de que visava dar uso à nafta produzida pela refinaria Landulfo Alves, localizada no município de Candeias. Tal projeto terminou por fomentar a implantação de muitas empresas integrantes do futuro complexo petroquímico de Camaçari, o COPOEC. E finalmente, em 1973, Mariani transfere o controle acionário do Banco da Bahia ao Bradesco S/A, terminando assim a

trajetória de uma das mais vigorosas experiências de crédito, financiamento e fomento à industrialização, genuinamente baiana.

## **POLÍTICA DE FOMENTO À INDUSTRIALIZAÇÃO BAIANA NO PERÍODO PÓS 1964**

*A reivindicação de um projeto baiano de desenvolvimento vem do começo do século XX com as iniciativas de Joaquim Seabra e de Calmon de Góis. Foram, porém, temporariamente abandonadas na primeira fase do Estado Novo e retomadas com a interventoria de Landulfo Alves, que promoveu um plano de transportes e a modernização da pecuária. (Rômulo Almeida. FIEB. 2013)*

O comentário acima atribuído ao Economista Rômulo Almeida, integra o documento (RÔMULO: Desenvolvimento Regional e Industrialização), editado pelo Sistema FIEB em 2013, sob a coordenação do Professor Fernando Pedrão. Indica, sobretudo, que as políticas de fomento à industrialização aqui na Bahia, acontecem desde longa data e se alternam em períodos cíclicos de escassez total a períodos de excepcional vigor.

No entanto, pode-se dizer que essas políticas de fomento, se caracterizam em duas possibilidades distintas, a saber: as linhas de crédito governamentais; e as isenções e renúncias fiscais.

As instituições bancárias, e os fundos de investimento, que fomentaram o desenvolvimento econômico baiano foram tratados anteriormente. Todavia, quanto ao incentivo fiscal mediante a isenção de impostos, Spínola (2009), esclarece que, “a consciência de que o incentivo fiscal é a contrapartida de uma menor capacidade de gastos por parte do governo tem levado a soluções de compromisso entre o lado fiscalista e o lado desenvolvimentista da ação pública, adotando-se comumente a redução do imposto a pagar e a reaplicação dos recursos assim obtidos pelas empresas em novos planos de investimento, orientados pelo Estado em maior ou menor grau”.

Enquanto isso no contexto histórico, o ano de 1964 marca a chegada dos militares ao poder e, entre outras ações centralizadoras, as eleições para governadores são suspensas e estas passam a ser indiretas. Decorrente disso, os Estados perdem autonomia e seguem as diretrizes federais para o desenvolvimento local. Nessa época a política de industrialização dos militares seguia em duas frentes: a primeira era o fomento à industrialização do interior, enquanto na segunda se buscava a implantação dos complexos produtores de materiais intermediários da cadeia produtiva da metalurgia e da petroquímica.

Nesse ínterim, a Bahia se volta à atração de capitais externos, nacionais ou não, incrementado a estratégia de construção dos polos de produção. Tais aglomerados objetivavam a criação e aproveitamento das muitas externalidades positivas, geográficas e financeiras, resultado da organização em distritos industriais, acrescidos dos incentivos fiscais, como fatores de atração.

Embora o governo de Luiz Viana Filho, tenha realizado a parte burocrática da

criação do Polo Petroquímico de Camaçari e do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CEPED), foi apenas com Antonio Carlos Magalhães (1971 a 1975), que o COPEC foi efetivado. Iniciativas essas alicerçadas pelo documento “Desenvolvimento da indústria Petroquímica no Estado da Bahia”, coordenado pelo economista Rômulo Almeida, que obteve: do governo da Bahia o compromisso de participar financeiramente do projeto; e da Petrobrás, por meio do seu ex-dirigente Ernesto Geisel, o compromisso de assumir as rédeas operacionais do projeto.

O General Ernesto Geisel, posteriormente, assumiria a Presidência da República e, no plano nacional, viria a contribuir sobremaneira, deliberando sobre uma importante política de fomento à industrialização baiana em parceria com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), garantindo incentivos fiscais e investimentos a indústria petroquímica nascente e a implantação definitiva do Polo Petroquímico de Camaçari.

Todavia, conforme Spinola (2009), um dos fatores que muito afetou a política industrial baiana desde o início do período militar foi o distanciamento da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com o Governo do Estado. Nesse período muitos estudiosos locais foram obrigados a sair do Estado ou do país, por conta do regime militar. Além disso, o regime direitista implantado no Brasil não combinava com a ideologia reinante na Universidade.

Assim, a falta de pesquisadores e de operários locais qualificados, resultou num atraso significativo da pesquisa tecnológica (P&D), retraindo a competitividade da indústria baiana, já que independente do volume de recurso financeiro disponível, poucos cérebros se dispunham a trabalhar nessa seara.

## **A DINÂMICA INDUSTRIAL BAIANA DOS DIAS ATUAIS**

Já no início dos anos 90, precisamente a partir do governo de Fernando Collor de Mello, a escola de pensamento neoliberal adentra o Brasil e o Estado, então, abandona suas políticas de subsídios à industrialização e sua ideologia desenvolvimentista. Assim, o Estado passa a não mais intervir na dinâmica do mercado, deixando-o livre para se desenvolver (as privatizações de empresas estatais são muito bem vistas pelo capital internacional, que a essa época abocanhou grandes fatias de empresas brasileiras, quando não obtiveram o controle de 100% do capital).

Nesse sentido nos informa o Professor Fernando Pedrão em seu artigo “A industrialização na Bahia: 1950 a 1990”.

Nesse quadro geral, destacam-se mudanças das condições operacionais e da composição do financiamento, tanto por influência da economia internacional, como pelos efeitos acumulados das políticas econômicas nacionais, especialmente desde o Plano Collor. Essas mudanças das condições objetivas de rentabilidade, traduziram-se em alterações dos investimentos.

Especificamente, as mudanças de rumo na política energética, mais exatamente, do setor petróleo, modificaram decisivamente as perspectivas industriais da Bahia. (PEDRAO, 1996)

Em todos os setores econômicos a chamada abertura da economia para o mercado se fez sentir, empresas como: Companhia Vale do Rio Doce (VALE), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e a Telecomunicações Brasileiras (Telebrás), foram vendidas às grandes transnacionais de cada seguimento. Essa política só favoreceu as regiões mais ricas da federação, especialmente a região Sudeste, enquanto as mais periféricas que necessitavam de incentivo estatal ficaram desamparadas, chegando a sofrer certa involução industrial.

Na ausência de uma política de desenvolvimento industrial, a partir do governo central, a Bahia bem como os outros Estados da federação, passam a lançar uma série de programas estaduais com intuito de desenvolver sua economia local, a exemplo do Programa de Promoção de Desenvolvimento da Bahia (Probahia); do Programa Estadual de Desenvolvimento da Indústria de Transformação de Plásticos na Bahia (Bahiaplast); do Programa de Incentivo ao Comércio Exterior (Procomex) e o Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia (Proauto).

Nesse contexto, um marco importante das políticas de industrialização recente acontece em 2002, quando surge o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (Desenvolve). Este programa, ainda no governo de Cesar Borges, foi lançado pelo decreto Nº 8.205 de 03 de abril de 2002, e tinha os seguintes objetivos:

Art. 1º O Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, instituído pela Lei nº 7.980, de 12 de dezembro de 2001, tem por objetivos de longo prazo complementar e diversificar a matriz industrial e agroindustrial do Estado, mediante diretrizes que tenham como foco: I - o fomento à instalação de novos empreendimentos industriais ou agroindustriais e à expansão, reativação ou modernização de empreendimentos industriais ou agroindustriais já instalados; II - a desconcentração espacial dos adensamentos industriais e formação de adensamentos industriais nas regiões com menor desenvolvimento econômico e social; III - a integração e a verticalização das cadeias produtivas essenciais ao desenvolvimento econômico e social e à geração de emprego e renda no Estado; IV - o desenvolvimento tecnológico dos processos produtivos e assimilação de novas tecnologias; V - a interação da empresa com a comunidade em que pretenda atuar; VI - a geração de novos produtos ou processos e redução de custos de produtos ou processos já existentes; VII - prevenção dos impactos ambientais dos projetos e o relacionamento da empresa com o ambiente. (DECRETO Nº 8.205 de 03 de abril de 2002).

Embora tenha apresentado desempenho pouco satisfatório quanto aos objetivos que se propunha, esse programa tinha por missão reunir todos os anteriores num só e continuar o processo de diversificação da economia baiana por meio de incentivos fiscais atraindo investimentos nos diversos setores econômicos do Estado.

Todavia, é fato que, o crescimento econômico baiano no século passado era, e

continua até os dias atuais, entravado pela falta de uma infraestrutura condizente com as aspirações desenvolvimentistas do Estado, especialmente quando se tratam das estradas, dos portos, dos aeroportos e da escassez de ferrovias. Comprometendo a produção, a logística de transporte, bem como toda a economia produtiva estadual.

Dada a tendência das grandes empresas a operar desde os centros mais dinâmicos de São Paulo, do Rio de Janeiro e de outros pontos vantajosos para comerciar com o Mercosul, é pouco provável que a indústria volte a expandir-se na Bahia de modo semelhante ao que sustentou seu crescimento no período de 1960 a 1980. (PEDRÃO, 1996).

Não bastasse essa carência quanto aos modais logísticos e de acesso às matérias primas, a ineficiente distribuição dos produtos aqui manufaturados e outros fatores locais e operacionais, tenderiam a prejudicar a atratividade de capitais produtivos para a Bahia, entre eles, o elevado custo da energia elétrica e a baixa qualificação da mão de obra local.

## CONCLUSÃO

A criação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e os demais centros industriais estabelecidos pelo interior do Estado, como o Centro Industrial do Subaé (CIS), em Feira de Santana, entre outros, remontam a política de criação dos polos industriais iniciada ainda na segunda metade do século passado. E visava com tal política de industrialização, a interligação e a comunicação entre as regiões produtivas do Estado.

Muitos desses polos não se desenvolveram e os problemas do desenvolvimento regional não diminuíram, sobretudo em função do modelo econômico da Bahia ter sempre se caracterizado pela forte concentração industrial, caracterizando a descontinuidade da dinâmica econômica pela falta de um mercado consumidor local e outros problemas, conforme bem pontuou Spínola (2004), quando afirma:

A elevada mortalidade de empresas, registrada nos distritos industriais da Bahia, notadamente no Centro Industrial de Aratu – CIA, ao longo desse período, não se deveu somente ao encerramento de uma fase de aproveitamento especulativo dos subsídios e dos incentivos fiscais, mas, também, a autênticos problemas de administração de empresas, que vão desde a gestão insatisfatória dos negócios e da inadequação tecnológica dos processos e equipamentos às dificuldades de financiamento. (SPINOLA, 2004).

É inegável, contudo, que nas últimas décadas a inserção de diversas indústrias em diferentes seguimentos econômicos, como: o automobilístico, o de papel e celulose, e o calçadista, dentre outros, diversificaram o perfil industrial do Estado, e contribuiu sobremaneira para ampliar o rol de mercadorias voltadas ao comércio internacional, enquanto impulsiona e desenvolve um mercado interno.

Apesar disso, estudos realizados acerca da economia baiana, apontam sérios

problemas na economia do estado, especialmente o que trata das exógenas tomadas de decisões sobre os rumos das organizações aqui instaladas. Ou seja, observando que os detentores do capital e os acionistas majoritários da grande indústria da Bahia, são em sua grande maioria de outras áreas do Brasil e do mundo, é natural que as decisões, bem como os lucros dos negócios aqui amealhados sejam revertidos para as sedes de suas respectivas corporações.

Exemplo dessa acefalia baiana, quanto à tomada de decisão dentro da política industrial local, é o caso do setor automobilístico, que está reduzido a uma única grande empresa transnacional - a *Ford Motor Company* e sua cadeia de suprimento. Esta organização tem sede na cidade de *Detroit*, nos Estados Unidos da América (EUA), e como se sabe, dentro do programa de incentivos (Proauto), recebeu grandes incentivos do Estado da Bahia por meio de renúncia fiscal.

## REFERENCIAS

BAHIA. **Decreto nº 8.205, de 3 de abril de 2002.** Aprova o Regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE e constitui o seu Conselho Deliberativo. Diário Oficial do Estado da Bahia, Poder Executivo, Salvador, 4 abr. 2002.

Câmara dos Deputados do Brasil. **CPI Proer – Capítulo III-2.** 2001. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/51-legislatura/cpiproer/51-legislatura/cpiproer/relatoriofinal/cap3economico.pdf> <visita em: 05/11/2015, as 5:30>

FIEB, Federação das Indústrias do Estado da Bahia. **RÔMULO: Desenvolvimento Regional e Industrialização.** Salvador: Sistema FIEB, 2013. 404 p. : il.

PEDRÃO. Fenando Cardoso. **A industrialização na Bahia - 1950 a 1990.** Salvador, 1996. Não publicado.

PESSOTI, Gustavo Casseb; SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. **Transformações na dinâmica da economia baiana: políticas de industrialização e expansão das relações comerciais internacionais.** Revista de Conjuntura & Planejamento, Salvador, n.162, p.36-49, jan./mar. 2009.

Disponível em: [http://www.sei.ba.gov.br/site/publicacoes/sumarios/c&p162/c&p162\\_pag\\_36.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/site/publicacoes/sumarios/c&p162/c&p162_pag_36.pdf)

SPINOLA, Noélio Dantaslé. **A Economia Baiana: Os Condicionantes Da Dependência.** RDE - Revista De Desenvolvimento Econômico. Ano VI • Nº 10 • julho de 2004 • Salvador, BA

\_\_\_\_\_. **A Trilha Perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no Século XX.** Salvador. Editora UNIFACS. 2009.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ações educativas 28, 30, 31, 32, 42, 43

Acordos internacionais 14

Agências reguladoras 12

Aquecimento global 9, 15, 17, 18

### C

Capital 2, 3, 47, 48, 49, 50, 53, 56, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82

Catástrofe ambiental 16

Classe trabalhadora 2, 57, 58

Convenção-quadro para o controle do tabaco 21, 22, 35, 42, 44

Corrupção 2, 5

### D

Desenvolvimento industrial 48, 49, 51, 54, 56

Desenvolvimento regional 47, 52, 55, 56

Desestatização 59, 60, 61

Dia mundial sem tabaco 32

Dia Nacional de combate ao fumo 27, 30, 32, 45

Direitos humanos 2, 6, 7, 71, 78, 79, 81

Doenças crônicas não transmissíveis 32, 33

### E

Estado 12, 19, 23, 27, 34, 36, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 64, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80

Estado neoliberal 59

Exposição midiática 6

Extrema direita 2, 3, 1, 5, 6, 7

Extremismo de direita 1, 5, 6

### F

Fundos de investimento 52

### G

Grupos de tratamento 29, 37, 38, 43

## **I**

Industrialização 2, 3, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 72

Instituições bancárias 49, 52

## **M**

Meio ambiente 3, 8, 10, 11, 12, 14, 18, 19, 31, 32

Mercadorização dos serviços públicos 59, 60

Mudança climática 9, 10, 17

## **N**

Neoliberalismo 59

Nova direita 2, 7

## **P**

Poder público 60, 61

Política de tabagismo 22

Políticas de industrialização 54, 56

Privatização 2, 3, 51, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67

Privatização não clássica 57, 58, 59, 62, 67

Programa nacional de controle de tabagismo 21, 31

Programa Saber Saúde 32

## **Q**

Questão ambiental 13, 15

## **R**

Redes sociais 1, 3, 4

Regime internacional de mudanças climáticas 10, 19

Reorganização produtiva 48

## **S**

Serviços públicos 2, 59, 60, 61

Sistema Único de Saúde 2, 21, 22, 23, 30, 32, 35, 37, 38, 40, 42, 83

## **T**

Tabaco 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46

Tabagismo 2, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45

Temática ambiental 2, 8, 10, 17, 18

## U

União Europeia 12

## V

v 3, 21, 44

# CAPITALISMO e POLÍTICAS PÚBLICAS

na contemporaneidade

- 🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
- ✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
- 📷 @atenaeditora
- 📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



# CAPITALISMO e POLÍTICAS PÚBLICAS

na contemporaneidade

- 🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
- ✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
- 📷 @atenaeditora
- 📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

